



Ler ciência no Brasil do século XIX: a *Revista Popular*, 1859-1862

*Reading about science in
nineteenth century Brazil:
Revista Popular, 1859-1862*

Giselle Martins Venancio

Professora do Departamento de História e do Programa de
Pós-graduação em História/Universidade Federal Fluminense.
Av. Marcus Waldemar, s/n, bloco O, 5º andar
24210-380 – Niterói – RJ – Brasil
giselle@historia.uff.br

Recebido para publicação em julho de 2011.

Aprovado para publicação em julho de 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702013000400004>

VENANCIO, Giselle Martins. Ler ciência no Brasil do século XIX: a *Revista Popular*, 1859-1862. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1153-1162.

Resumo

O objetivo deste texto é analisar como as questões referentes à vulgarização da ciência eram tratadas por um periódico brasileiro do século XIX, a *Revista Popular*, editada pela Livraria e Casa Editorial Garnier, entre 1859 e 1862. São investigadas as seções relacionadas a esse assunto, analisados os prólogos, identificados os temas tratados na revista em relação às comissões e viagens de exploração científica do território brasileiro, bem como levantados os autores e editores do periódico. A análise aponta para conclusões que evidenciam o importante papel ocupado pela revista na difusão de informações sobre o delineamento de uma possível ciência nacional para um público mais amplo do que aquele formado pelos círculos estritamente intelectuais.

Palavras-chave: Livraria e Casa Editorial Garnier; *Revista Popular*; divulgação científica; Brasil.

Abstract

The aim of this text is to analyze how issues relating to the communication of science to the public were treated in a Brazilian periodical, Revista Popular, published by Livraria e Casa Editorial Garnier between 1859 and 1862. The science-related sections are investigated, the prologues are analyzed, the topics included in the magazine's coverage of scientific commissions and expeditions around Brazil are examined, and the authors and editors are identified. The analysis indicates the importance of the periodical's role in divulging information about the potential development of a national science to a broader readership than those who had access to strictly intellectual circles.

Keywords: Livraria e Casa Editorial Garnier; *Revista Popular*; science communication; Brazil.

No dia 1º de novembro de 1859, o jornal *A Marmota*, do Rio de Janeiro, anunciava:

Revista Popular
Publicada pelos senhores
Garnier & irmão
69 – rua do Ouvidor – 69

Esta revista aparece nos dias 5 e 20 de cada mês. Compõe-se de um volume, em bom papel, tipo, e de 68 páginas, com capa, etc.

Os artigos de boa escolha, e de muito bom gosto dão a esta publicação a voga de que geralmente goza, sobretudo entre as senhoras, que em suas páginas acham tudo o que lhes pode servir de instrução e recreio.

Assina-se a 12\$000 réis por semestre, ou por 20\$000 por ano, na loja acima.¹

Quem assina e paga a assinatura de um ano recebe grátis dez bilhetes do prêmio de 600\$ réis em livros da casa na forma dos anúncios.

Editada, desde janeiro de 1859, pela Livraria e Casa Editorial Garnier (Dutra, 2005, p.29), a *Revista Popular*² foi uma das estratégias encontradas por essa empresa para estabelecer um canal de comunicação direta com seus leitores e ampliar seu público. Numa situação de concorrência com outras editoras, uma revista pertencente a uma casa que publicava também livros, contribuía, significativamente, para a divulgação de suas edições, bem como para que o amplo público tomasse conhecimento dos autores publicados (Medeiros, 2006, p.353).

A história da livraria Garnier no Brasil teve início em 1844, com a chegada no Rio de Janeiro de Baptiste Louis, irmão de Hippolyte Garnier, proprietário da livraria e editora Garnier Frères de Paris. As atividades de Baptiste Louis no Brasil começaram em sociedade com a livraria de seus irmãos em Paris, que se encarregavam da impressão das edições brasileiras. A Garnier passou a monopolizar o melhor comércio de livros no Brasil e a desempenhar o papel de centro catalisador de publicação das obras dos maiores homens de letras brasileiros (Dutra, 2005, p.24). Ao criar a revista, a Garnier investia num gênero de periódico de grande difusão na Europa do Oitocentos, festejado principalmente pela “possibilidade de condensação de assuntos para divulgação do conhecimento enciclopédico” (Martins, 2005, p.248). Num momento de forte crença nos ideais de progresso, nas capacidades da ciência e na educação da população pelo viés da leitura, ganharam destaque na sociedade as publicações de caráter popular, recreativo e informativo que poderiam cumprir a função de instruir divertindo. Para os editores da *Revista Popular*, essa era uma das missões fundamentais do periódico, pois ter mínimo conhecimento sobre os mais variados assuntos era condição que então se impunha aos leitores. Diziam eles:

Outrora quem aprendera a ler e a escrever e as quatro operações tinha completado a sua educação ... Hoje não é assim ... É preciso que se saiba um pouco de tudo e que em nenhum ramo de conhecimentos seja totalmente hóspede. Aprofundá-los todos é impossível, mas desconhecer os princípios gerais de algum, quase é vergonha (Revista..., 1859c, p.4.)

Publicada quinzenalmente e vendida pelo sistema de assinatura, sua distribuição incluía grandes cidades brasileiras, Lisboa e Paris. A cada trimestre era organizado um tomo, após quatro anos o periódico totalizava 16 tomos, com numeração sequencial de páginas.

No formato de 25x17cm, a *Revista Popular* era ilustrada e possuía encartes dobrados que ultrapassavam suas medidas, destacando-se, particularmente, as pranchas de moda, sempre coloridas e ilustradas por Anais Collin Toudouze, Jules David e Compte-Calix, reconhecidos artistas franceses (Abreu, 2008, p.22). A atenção com o público feminino, aliás, era frequente, sendo “oferecidas seções específicas como a de moda e economia doméstica” (Miranda, Azevedo, 2009-2010, p.4).

Em seu primeiro número, a *Revista Popular* era dividida em 17 seções: agricultura, crônica, comércio e indústria, contos e narrativas, críticas e análise, descrições, economia política, emigração e colonização, esboços biográficos, higiene, instrução e educação, geografia, música, física e poesia, romance e variedade (Miranda, Azevedo, 2009-2010, p.3). Algumas delas diziam respeito diretamente a publicações relacionadas a aspectos científicos, tais como indústria, higiene e física. A partir do tomo dois, isto é, do sétimo número, a revista iniciou a seção intitulada Ciências Naturais, que veio a adquirir grande relevância, reiterando a questão da educação e da instrução popular informal.

Anúncios não eram publicados com frequência, e só nos tomos um e dois notam-se páginas reservadas ao comércio da corte: “consultórios, colégios, relojoeiros, ourives, cabeleiros, tipografias, guarda-livros, costureiras, pianistas, adegas, sapateiros, oficinas de encadernar, e, em maior quantidade, de casas de moda e fazendas francesas” (Abreu, 2008, p.27). O preço não era dos mais baratos: a assinatura para a corte era de 6\$000 por três meses, 11\$000 por seis e 20\$000 por 12, o que evidencia o fato de que, embora utilizasse o epíteto popular em seu título, a revista não se dirigia a público muito ampliado. Possivelmente ela se voltava antes para o ‘leitor esclarecido’, aquele grupo de pessoas que tinha a ‘possibilidade de apoiar e legitimar a atividade científica nacional’³; nesse sentido, Eliana Dutra (2005, p.24) desenvolve o argumento de que a Livraria e Casa Editorial Garnier – a exemplo de outras editoras na América Latina, como a Maucci no México e a Biblioteca de La Nación em Buenos Aires – dirigia-se especialmente a público culto ou semiculto.

A expansão desse público letrado no Brasil da primeira metade do século XIX associa-se a um conjunto de instituições criadas a partir da chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, que constituiu ambiente favorável à arte e às ciências. Esse conjunto de instituições, ligadas às missões estrangeiras no Brasil e às viagens de intelectuais brasileiros ao exterior, foi consolidando um grupo interessado na elaboração de uma história e de uma ciência nacional.

Analisando-se as seções relacionadas à ciência e os prólogos, identificando-se os temas relativos às comissões e viagens de exploração científica do território brasileiro, bem como desvendando “os rostos humanizados que davam corpo e alma” (Nunes, 2001, p.6) ao periódico, é possível identificar aspectos das práticas de leitura científica no Brasil de meados do Oitocentos.

“De tudo para todos”: ler ciência nas páginas da *Revista Popular*

“Escrevemos de tudo para todos ... desde a ostra que se gera nas profundezas do oceano, até o astro que gira pela imensidade dos céus, tudo o que abrange o conhecimento humano é do nosso domínio” (Revista..., 1859c, p.4).

Com essas palavras, escritas na introdução do primeiro número da *Revista Popular*, os editores do periódico definiram a forma como tratariam os assuntos a publicar: “de tudo para todos”. Nela cabia tudo o que se referia à natureza, pois ler ciência, naquele momento, era, como já notou João Luis Lisboa (1991, p.97), “ter acesso à natureza”, embora a definição de natureza dependesse, na opinião desse autor, “de vários fatores, tanto de ordem mental ou ideológica, como de perspectiva, ou seja, de acordo com a peculiaridade de cada objeto”.

A consulta dos índices dos 16 volumes publicados mostra que em apenas dois deles não há nenhum artigo sobre ciência. Todos os demais contêm a rubrica ‘Ciências Físicas e Naturais’, com vários textos sobre temas que tratam de botânica, astronomia, luz elétrica, água, sistema métrico decimal, microscopia, seca, enfim, diversos assuntos que poderiam ser classificados como científicos.

Com vistas a divulgar as novidades da ciência, a revista reproduzia artigos publicados em vários periódicos estrangeiros, além de artigos traduzidos de cientistas ou de intelectuais que pudessem ser proveitosos ao público brasileiro. É o caso, por exemplo, do texto “A magia no século XIX”, assinado por Adriano Delonde, publicado sob a rubrica Ciências Naturais, no tomo 2, de 1859, reproduzido da *Revue Contemporaine*.

Destacam-se os textos de Emmanuel Liais, francês que trabalhara no Observatório de Paris e que, a pedido do imperador Pedro II, chegou ao Brasil em 1858 para compor a comissão que observaria o eclipse solar, tendo sido nomeado, em 1870, diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Dele a *Revista Popular* publicou, por exemplo, “Astronomia: variação periódica do brilho das estrelas” (Revista..., 1859a), “Da atmosfera terrestre” (Revista..., 1859a), “Os ventos e particularmente os ventos gerais” (Revista..., 1860a) e “O último cometa” (Revista..., 1860b).

Os objetivos da *Revista Popular*, porém, não se limitavam à difusão de um conjunto de conhecimentos enciclopédicos. Para os editores, o mundo da ciência deveria ser moldado pela ideia de ‘conhecimentos úteis’, isto é, por estreita associação entre teoria e prática.

Ao publicar o texto “A chave da ciência”, de E.C. Breuer, no tomo 3 (Revista..., 1859b), os editores da revista tratavam dessa questão ao destacar, em nota de rodapé, uma introdução ao texto e a reprodução do prefácio da edição inglesa:

Sendo as ciências do domínio da *Revista Popular*, julgamos prestar um serviço aos nossos assinantes, oferecendo-lhes alguns extratos da excelente obra que com o título supra publicou o Dr. E.C. Breuer. É uma explicação dos fenômenos de todos os dias, posta ao alcance de todo mundo, mas na qual mesmo os versados em ciência encontraram muita coisa útil e proveitosa. Para darmos uma ideia da obra, aqui transcrevemos o prefácio da edição inglesa: “Não há ciência mais interessante do que a que explica os fenômenos diários da natureza. Vemos que o sol e a neve são ambos brancos, que a rosa é duma cor mais ou menos sabida, que as folhas das plantas são verdes; mas quão poucos têm perguntado a si mesmos a razão disto! Sabemos que uma flauta produz um som musical, e um sino rachado um ruído dissonante, que o fogo é quente, o gelo frio, a chama luminosa, que a água ferve submetida à ação do calor, e que o frio faz gelar. Mas quando uma criança nos encara fixamente, perguntando-nos a razão destes fenômenos, quantas vezes não a podendo achar, lhe impomos o silêncio, tratando como ridículas as questões, que nos propõe sua ingênua curiosidade! O fim deste livro é resolver mais de duas mil questões desse gênero (nas quais mais fácil a pergunta que a

resposta) numa língua que nem vá além do alcance de uma criança, nem fique aquém de uma inteligência cultivada (Revista..., 1859b, p.322).

Embora longa, a citação se justifica, pois evidencia a definição de ciência considerada. Para os editores da *Revista Popular* ciência era algo que deveria explicar os fenômenos diários de maneira profunda, porém simples. Era essa a forma de ver que eles destacavam no editorial de seu primeiro número, ao afirmar: “quando tratamos de um assunto científico ... e nos embrenhamos no domínio de uma ciência em especial, fa-lo-emos em termos que todos nos entendam. Não teremos mistérios reservados para os iniciados” (Revista..., 1859c, p.4).

Assim, já na sua edição inaugural, a revista publicou uma seção intitulada Física Recreativa, na qual havia sugestões de algumas experiências que, de forma divertida, poderiam atizar a curiosidade científica:

Uma rosa que muda de cor: Tome-se uma rosa ordinária inteiramente aberta; acenda-se um braseiro e queime-se nele um pouco de enxofre em pó; exponha-se a rosa ao fumo e ao vapor daqui provenientes, e ela se tornará branca. Mergulhando-a no vinagre, recuperará a cor natural.

Meio de fundir aço e vê-lo em estado de liquefação: Ponha-se um pedaço de aço ao fogo até ficar vermelho, depois segure-se com uma tenaz, com a outra mão aproxime-se-lhe uma vela de enxofre, e apenas os dois corpos se tocarem ver-se-á o aço correr como líquido.

Modo de fazer uma garrafa, cujo líquido se derrame ao destampá-la: Abram-se alguns buraquinhos no fundo da garrafa e meta-se depois esta numa vasilha com água, não deixando de fora senão o gargalo. Encha-se depois de água, e tape-se antes de tirá-la da vasilha. Ela nada vazará, mas dê-se a destampar o outro e apenas soltar-lhe a rolha, sairá água pelos buracos do fundo (Revista..., 1859a, p.185-186).

Os objetivos, anunciados pelos editores, de tornar a ciência algo utilizável e de instruir de forma divertida parecem ter sido plenamente alcançados pela revista, pois, no momento da comemoração de seu primeiro aniversário, em janeiro de 1860, o *Jornal do Commercio* publicou artigo assinado por Alberico Werder parabenizando os editores e destacando a importância do periódico justamente por seu caráter abrangente:

A diretoria da Revista começou bem e perseverou, e depois de um ano o seu livro tornou-se um verdadeiro livro do povo e das famílias. Na corte e nas províncias, nas casas mais conspícuas, como nas mais simples, a *Revista Popular* é o livro em que homens e mulheres, velhos e moços, estadistas e eruditos, comerciantes e industriais, lavradores e artífices buscam e acham artigos e notícias que os instruem, os divertem, os entretêm sem causar-lhes fadiga. Bem se vê que um tal livro era uma verdadeira necessidade, porque nem todos têm o tempo de estudar os in-folio das bibliotecas (reproduzido em Revista..., 1860b, p.5-6).

Instrução divertida e entretenimento útil para todos os tipos de leitores são os mais importantes aspectos da revista, segundo o articulista. Para ele, o periódico havia se tornado, em pouco tempo de circulação, um impresso necessário aos leitores, visto que tinha ocupado o espaço de formação ‘do povo e das famílias’.

No que se refere à ciência também os objetivos da *Revista Popular* não se limitavam a informar sobre as novidades e nem a ser um difusor de conhecimentos úteis. Os editores buscavam associar o uso da ciência aos progressos da nação.

Um tema caro: uma ciência nacional

Declarando-se, em seu subtítulo, “noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anedótica, musical, etc., etc.”, a *Revista Popular* possuía como principal objetivo ser um meio de informação e diversão para seus leitores. Nas palavras de seus editores, ela deveria “instruir disfarçadamente, ... ser uma instrução amena” (1859c, p.3). Pretensão pertinente às maneiras de se compreender as ‘ciências e artes’ à época, vistas como um “diversificado conjunto de conhecimentos e atividades ... uma resposta à curiosidade de salão, entretenimento e deleite da sociedade, mas também como cultivo de espírito e progresso da Nação” (Lisboa, 1991, p.87).

Do ponto de vista de seus editores, era fundamental que a revista procedesse a tentativa de elaborar e divulgar um conhecimento científico nacional. Para uma jovem nação como o Brasil, interessava afirmar sua autonomia e constituir-se política, social e culturalmente de forma independente. Do ponto de vista dos grupos letrados – produtores e consumidores da *Revista Popular* – para que a construção da nação se realizasse era necessário que fosse elaborado um olhar brasileiro sobre o Brasil, o que corrobora a opinião de Lorelai Kury (2001, p.40) de que “num contexto de afirmação das elites imperiais, as instituições locais reivindicavam para si o *status* de produtores de conhecimento”.

Na época de lançamento da revista, final da década de 1850 – período de estabilidade política, após longo tempo de conflitos e lutas internas – ganhava fôlego na imprensa e na literatura um movimento marcado pela tentativa de se inventar uma imagem harmônica da nação e difundir-la por meio de um sem-número de periódicos literários e/ou de variedades (Freitas, 2002). A chamada literatura romântica no Brasil surgia como um caminho que possibilitava o estabelecimento de uma “expressão própria da nação recém-fundada”, ao elaborar concepções que tanto “permitiam afirmar a universalidade” quanto o “particularismo”. Na opinião de Lília Schwarcz (1998, p.128), o romantismo veio ao encontro “do desejo de manifestar na literatura uma especificidade do jovem país em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria”. Tomou-se, assim, nesse período a “natureza como emblema da nação” (Domingues, 2001, p.55), e as viagens com finalidade de exploração científica foram consideradas pelos brasileiros um caminho de descoberta e autonomia da produção do conhecimento no país.

Como é frequente nos processos de criação das nações, propunha-se o estabelecimento da especificidade de uma língua e de uma literatura original. Haveria, porém, a possibilidade de elaboração também de uma construção científica nacional? Pode-se perguntar com Hans Hauge (1996, p.159) se seria possível a existência de uma ciência nacional.

No Brasil, assim como na França que o inspirava, houve grande afinidade entre o movimento romântico e a reação ao Antigo Regime (Ricúpero, 2004). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – instituição que se havia firmado como o mais importante centro de estudos sobre o Brasil – foi o *locus* privilegiado desse debate. Nessa instituição, pode-se indicar, como lembra Marcus Vinicius Freitas (2002), que se cumpriu um programa de escrita da identidade nacional, além da literatura e da história, também nas ciências naturais. A ciência ocupou seu lugar de destaque no processo, constituindo “parte do discurso sobre a nação”, como também propõe Heloisa Domingues (2001, p.57), afirmando que “as ciências naturais foram, também, no século XIX, base do discurso do IHGB”.

Foi, aliás, dos quadros do IHGB que surgiu, em meados da década de 1850, um debate que marcaria as discussões e as iniciativas científicas dos anos posteriores. Em 24 de novembro de 1854, Guilherme Schuch Capanema apresentou no Instituto um trabalho intitulado: “Quais as tradições e os vestígios geológicos que nos levam à certeza de ter havido terremotos no Brasil?”. O artigo, embora técnico, chamou a atenção pela defesa “enfática da necessidade de um maior conhecimento do país por parte da nascente ciência nacional” (Porto Alegre, 2006, p.31). Dizia Capanema (1859, p.139):

É de lastimar que no Brasil, onde se pensa tanta coisa boa e grandiosa, ainda não tenha o cuidado em preparar os elementos para uma exploração científica, de que tanta utilidade tiraríamos, quando mais não fosse o sermos tratados com consideração e não com o desprezo pelo estrangeiro, a quem até hoje ainda se deve o que a ciência tem descoberto sobre este vasto império. Digo preparar elementos porque mandar vir os exploradores munidos de cabedal científico de pouco servirá, pois esses homens têm outra língua, outros hábitos e outra maneira muito diferente da nossa. ... Numerosos exemplos poderíamos citar para provar que cientificamente o país deve ser estudado por gente própria como fizeram todas as nações cultas.

A discussão em torno da constituição de uma ciência nacional e a elaboração de um olhar brasileiro sobre o Brasil e suas particularidades mobilizou os membros do Instituto durante o período subsequente. Desde o início daquela década a instituição vinha passando por importante reforma que havia resultado na alteração de seu estatuto e na valorização, em seu interior, do “estudo da arqueologia, da etnografia e das línguas indígenas” (Guimarães, 2001, p.19). Buscava-se, dessa forma, possibilitar que ‘gente própria’, isto é, que os brasileiros conhecessem cientificamente seu território. A natureza brasileira “passaria a servir como um suporte para que se definisse para a elite letrada o conjunto de coisas nomeáveis como nacionais. Ao mesmo tempo em que se elegia a natureza do Brasil e seus representantes diretos – os índios – como emblemas nacionais, passava-se também a conhecer esta mesma natureza como um aprendizado material e científico” (Kodama, 2005, p.28).

Assim, com vistas a cumprir o papel “de pôr em prática os ideais do que seria uma ciência nacional” (Kury, 2001, p.31), na sessão de 30 de maio de 1856, o então terceiro vice-presidente da instituição, o médico Manoel Ferreira Lagos, sugeriu a formação de uma comissão científica formada exclusivamente por brasileiros e que deveria percorrer e descrever o território nacional, bem como coletar material para o Museu Nacional. O principal argumento de Lagos, para convencer seus pares do IHGB, era que uma comissão organizada por brasileiros colocaria fim “aos erros difundidos pelos naturalistas estrangeiros” (Kury, 2001, p.35), reforçando o ideal de construção de uma ciência nacional e estabelecendo suas estratégias de organização. Todos os sócios presentes concordaram e assinaram a justificativa na ata daquela sessão, sendo então criada, no mesmo ano e com o apoio do governo imperial, a oficialmente designada Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte. Dividida em cinco seções, cada uma delas era chefiada por um membro do Instituto Histórico: Botânica, dirigida por Francisco Freire Alemão, também nomeado presidente da Comissão; Geológica e Mineralógica, por Guilherme Schuch de Capanema; Zoológica, por Manuel Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, por Giácomo Raja Gabaglia; Etnográfica e Narrativa de Viagem por Antonio Gonçalves Dias. Acompanhava ainda o grupo o pintor José dos Reis Carvalho, como

desenhista da expedição (Porto Alegre, 2003, p.15). A Comissão decidiu começar os trabalhos em 26 de janeiro de 1859, a bordo do vapor Tocantins, rumo ao Ceará, onde permaneceu durante dois anos e meio.

Dois membros da Comissão, Manuel Ferreira Lagos e Antonio Gonçalves Dias, constavam do quadro de redatores e colaboradores fixos da *Revista Popular*, que era formado ainda por muitos outros destacados membros do IHGB, como, por exemplo, Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Joaquim Manoel de Macedo e Francisco Adolpho Varnhagen. Cabe lembrar, aliás, que esse era o grupo do IHGB formado pelos membros mais próximos do imperador dom Pedro II, aquele a que Lilia Schwarz (1998) se refere como o grupo ‘palaciano’.

Se um dos aspectos que nos permite inferir a importância de um periódico é sua lista de colaboradores, pode-se concluir que a *Revista Popular* era extremamente importante, pois reunia, entre seus redatores, os mais relevantes nomes daqueles que, em meados do século XIX, se dedicavam a pensar e escrever sobre o Brasil e as suas principais questões (Dutra, 2005).

Embora a revista tivesse caráter informativo, definindo-se pela inclusão de enorme diversidade temática, os assuntos referentes à elaboração de uma história e, especialmente, de uma ciência nacional ganharam destaque, justamente no momento em que se julgou importante construir as bases para o desenvolvimento científico brasileiro como forma de contribuir para a invenção da nação. A *Revista Popular* tornou-se, naquele momento, um espaço de difusão e divulgação do que se considerava ser os mais importantes conhecimentos, novidades e avanços científicos alcançados no país.

Em outubro de 1859, um artigo assinado por João Baptista Calógeras (*Revista... 1859a*), intitulado “Comissão exploradora de algumas províncias do Império” tratava, justamente, do que o autor considerou a forma de como “ideia e ação, teoria e prática ... concorrem para o progresso da humanidade”. Analisando as atividades que seriam desenvolvidas pela Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte, Calógeras considerava que “já podia o Brasil ser explorado por brasileiros” (p.124) e que era preciso que redatores chamassem a atenção dos leitores sobre esse fato “significativo e lisonjeiro” (p.124). Ao concluir seu texto, o autor destaca o que considerava a maior missão da Comissão Científica:

os variados assuntos que são incumbidos à Comissão exploradora não somente interessam ao progresso da ciência em geral, como têm por fim contribuir para a prosperidade do país, pondo a nossa disposição os recursos que nos prodigalizou a Providência, e que ora ficam pela maior parte inutilizados, por falta de conhecimentos, e direi mesmo incentivos (*Revista..., 1859a, p.129*).

Na opinião de Calógeras, portanto, a ciência deveria estar a serviço do progresso do país e, por isso, segundo ele, era chegada a “hora em que os trabalhos puramente subsidiários da ciência europeia e, portanto, incompletos quanto a nós fossem continuados e ampliados por trabalhos nacionais” (*Revista..., 1859a, p.124*).

Essa função de conhecer e de dar a conhecer o Brasil deveria ser cumprida, na opinião dos redatores da *Revista Popular*, a partir de um esforço nacional que associasse literatos, cientistas e o governo imperial, e que buscasse integrar o cidadão comum a partir da difusão, em larga escala, dos temas que predominavam nos debates intelectuais da época.

Dessa forma, a *Revista Popular* ganhou destaque no Brasil de meados do século XIX como espaço dinâmico de debate e divulgação de conhecimentos, o que certamente colaborou para que um público ampliado – para além dos círculos estritamente intelectuais – considerasse a ciência um aspecto significativo que, ao lado da literatura e da história nacionais, formava um conjunto de ideais que contribuiu para o processo de constituição e de invenção da nação brasileira.

AGRADECIMENTO

Este texto é uma versão ampliada da conferência realizada no Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre Cultura Escrita (Sciece), na Universidad de Alcalá, Espanha, em março de 2007. Agradeço a Antonio Castillo Gomez, coordenador desse grupo de pesquisa, o convite para ministrar tal conferência. O texto apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida durante o período em que fui bolsista de Pós-doutorado Júnior/CNPq (2006/2007) e Fapemig (2007/2008), para desenvolvimento do projeto Circulação e edição de coleções de divulgação científica no Brasil (1881-1946), realizado no âmbito do projeto coletivo Brasileira: leituras e escritos da nação, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de março de 2006 a fevereiro de 2007 e de maio de 2007 a abril de 2008; e bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian (bolsa para investigadores estrangeiros), no período de março a abril de 2007, junto ao Centro de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, com o projeto Ciência para portugueses e brasileiros: coleções portuguesas de vulgarização científica em circulação no Brasil (1881-1946).

NOTAS

¹ Aqui há, possivelmente, um erro, visto que nas páginas da revista encontramos o preço de 11\$000 por semestre. Para as províncias, o preço era de 7\$500 por três meses, 14\$000 por seis e 26\$000 por 12.

² Alguns autores, como Hallewell e Wilson Martins apontam essa revista como a precursora do *Jornal das Famílias*. No entanto, Marcela Abreu (2008) distingue a especificidade de cada um desses projetos editoriais.

³ Moema Vergara (2003) chama atenção para o fato de que era esse o leitor visado pela *Revista Brasileira*, publicada alguns anos mais tarde. Supomos poder considerar que era esse também o público da *Revista Popular*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcela Santos. *Moda, teatro e nacionalismo nas crônicas da Revista Popular (1859-1862)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- CAPANEMA, Guilherme Such. Quais as tradições ou vestígios geológicos que nos levem a certeza de ter havido terremotos no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t.22, p.135-159, 1859.
- DOMINGUES, Heloísa B. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. p.55-76. 2001.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG. 2005.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. Ciência e romantismo. In: Freitas, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt: um naturalista no Império de D. Pedro II*. Belo Horizonte: UFMG. p.35-46. 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. p.1-28. 2001.
- HAUGE, Hans. Nationalising science. In: Chartier, Roger; Corsi, Pietro (Dir.). *Science et langue en Europe*. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. p.159-169. 1996.
- KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: etnografia no IHGB (1840-1860)*. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.
- KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração

(1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. p.29-54. 2001.

LISBOA, João Luis.

As “ciências”: a natureza das coisas. *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Universidade Nova de Lisboa, p.85-150. 1991.

MARTINS, Ana Luiza.

Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: Abreu, Márcia; Schapochnik, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp. 2005.

MEDEIROS, Nuno.

Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro? In: Curto, Diogo Ramada (Org.). *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT. p.343-386. 2006.

MIRANDA, Kátia Rodrigues; AZEVEDO, Silvia Maria.

Revista Popular (1859-1862) e *Jornal das Famílias* (1863-1878): um perfil dos periódicos da Garnier. *Revista do Centro Ítalo-luso-brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais*, Assis, v.3, n.2. 2009-2010.

NUNES, Maria de Fátima.

A imprensa periódica científica (1772-1851): leituras de “ciência agrícola” em Portugal. Lisboa: Estar Editora. 2001.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia.

Os zigue-zagues do Dr. Capanema. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult. 2006.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia.

Comissão das borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a corte (1856-1867). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult. 2003.

REVISTA...

Revista Popular, Rio de Janeiro, ano 2, tomo 6. 1860a.

REVISTA...

Revista Popular, Rio de Janeiro, ano 2, tomo 5. 1860b.

REVISTA...

Revista Popular, Rio de Janeiro, ano 1, tomo 4. 1859a.

REVISTA...

Revista Popular, Rio de Janeiro, ano 1, tomo 3. 1859b.

REVISTA...

Revista Popular, Rio de Janeiro, ano 1, tomo 1. 1859c.

RICÚPERO, Bernardo.

O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes. 2004.

SCHWARCZ, Lilia.

As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERGARA, Moema.

A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro. 2003.

